

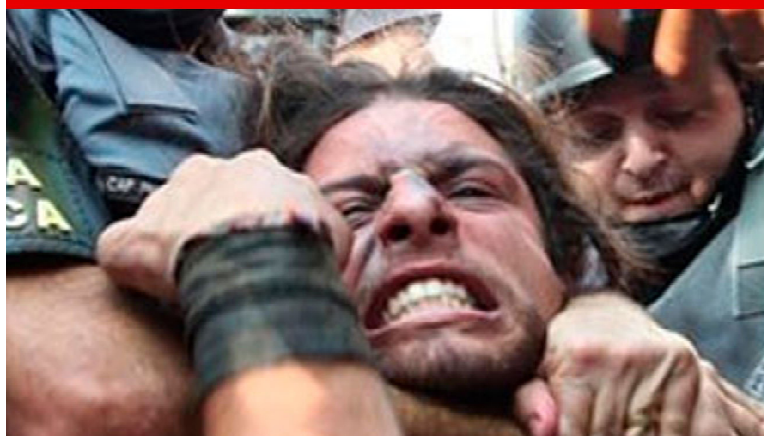
ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 70 - julho de 2014
Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária



A COPA ACABOU, OS PROBLEMAS CONTINUAM



LUTAS, CONTRA-OFFENSIVA BURGUESA E A
UNIDADE CONTRA A REPRESSÃO

OS LIMITES DO PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO (PNE)

A JUDICIALIZAÇÃO DAS LUTAS

DUAS REFLEXÕES SOBRE FUTEBOL E O
FRACASSO DA SELEÇÃO BRASILEIRA

ÁGUA VAI DAR LUCRO, NEM QUE PARA ISSO
FAÇA FALTA

AS ORIGENS E O PERIGO DO CRESCIMENTO
DA DIREITA NA EUROPA

LUTAS, CONTRA-OFFENSIVA BURGUESA E UNIDADE DA ESQUERDA CONTRA A REPRESSÃO

O MAIOR ASCENSO DESDE OS ANOS 80

Finda o primeiro semestre e com ele um ciclo de lutas, mobilizações, passeatas. Foi o maior ascenso protagonizado pela classe trabalhadora desde os fins dos anos 80. A entrada de setores do proletariado na cena política nacional, sem dúvida, trouxe um novo ânimo e um salto de qualidade em relação ao processo de mobilização do ano passado.

A greve dos garis do Rio de Janeiro no Carnaval pode ser eleita como o símbolo dessas lutas porque enfrentou o prefeito, o judiciário e até a diretoria do sindicato que deveria ser quem encaminhasse a luta, mas estava ao lado da prefeitura.

A partir desse exemplo, de que lutando se consegue, muitas categorias se animaram e saíram à luta.

Foram greves que mobilizaram setores importantes do proletariado brasileiro, principalmente motoristas, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil. Outras características dessas greves foram a participação de mais trabalhadores de empresas privadas e que também se estenderam por todo o território nacional, diferente do período anterior que se concentravam no eixo sul-sudeste.

AS LIÇÕES QUE ESSES CONFLITOS NOS DEIXARAM

Lutas como essas deixam ensinamentos importantes para todos nós. Por isso é importante refletir sobre eles.

O primeiro elemento que nos parece importante destacar é que essas lutas expressam o início da ruptura com o governo Dilma e com o PT. Significa o fim da ilusão de que esse governo possa fazer algo para os trabalhadores. Ainda muito confuso e contraditório, mas bastante positivo.

Essa ruptura pode ser identificada não só nessas lutas, mas em um processo mais geral que ocorre também na base de categorias importantes, como metalúrgicos, bancários e professores.

É uma ruptura incompleta: Primeiro, porque é só pela negativa e não é acompanhada da construção de uma

alternativa. Segundo, que muitas vezes se expressa de forma despolitizada e abre espaço para a direita capitalizar ou avançar, como as pesquisas eleitorais expressam.

Os próximos acontecimentos da luta de classes é que determinarão a dinâmica dessa experiência. Em um cenário de mais lutas as chances desse processo de rupturas ir à esquerda aumentam, ao contrário, se as lutas cessam a direita leva vantagem. De todo modo, reconhecer a existência desse processo abre possibilidades de darmos uma batalha política e ideológica junto à classe trabalhadora.

Sindicalmente, esse processo de ruptura tem elementos mais importantes, pois ocorre com ações práticas da classe. Greves acontecem à revelia das direções sindicais oficiais. Algumas, inclusive, quando os acordos das campanhas salariais já estavam assinados entre sindicatos oficiais e patronais, ou seja, ocorreram apesar das direções sindicais.

Essa onda de greves teve outro elemento interessante: a volta dos piquetes com participação de trabalhadores da base das categorias. O piquete sempre foi um instrumento importante na construção das lutas, pois é a forma de os trabalhadores apresentaram para os demais a posição dos órgãos deliberativos, como as assembleias. Os piquetes são a afirmação da disciplina da classe trabalhadora para enfrentar a patronal.

Mas, na tentativa de desmontar as greves a patronal apela ao direito de furar greve, ao direito daqueles que não concordam com a greve de irem trabalhar e todo tipo de discurso falacioso para dividir a classe trabalhadora. Por isso a patronal e os governos tem tanto medo desse tipo de ação.

Esses ingredientes, pela primeira vez em muitos anos, abrem possibilidades imensas para nós, socialistas, nos firmarmos no cenário político do país. Mas, para

isso, é preciso uma política que dê organicidade a esse processo e possa se desenvolver em direção a posições de esquerda.

Como já dissemos antes é um processo que ainda está em desenvolvimento, com muitas desigualdades e contradições, e não está consolidado. Como a consciência política oscila muito e o governo – principalmente com o seu braço sindical – faz a disputa por essa consciência, não está descartado o retrocesso. Portanto, precisamos fazer tudo o que está em nosso alcance para avançar nesse processo de rupturas em favor da classe trabalhadora.

A BURGUESIA INICIA UMA CONTRA OFFENSIVA POLÍTICA...

Historicamente a burguesia brasileira sempre se mostrou muito hábil em enfrentar o proletariado. Há que reconhecemos as suas habilidades em construir mecanismos para manter-se no poder. E dessa vez não está sendo diferente com o PT no poder. Isto é, parte importante do movimento sindical segue sob seu controle e dessa forma consegue bloquear o movimento do proletariado industrial.

Também com o início da Copa do Mundo a máquina de propaganda (“Copa das Copas”) com a colaboração da grande mídia conseguiu reverter parcialmente o descrédito e a contrariedade com os gastos priorizados para o evento.

Esses elementos possibilitaram a articulação das forças repressivas do Estado (polícias militares e aparato judiciário), em escala nacional, para



reprimir os movimentos dos trabalhadores: Julgando greves ilegais e impondo multas pesadas contra os sindicatos dos Metroviários, dos Técnicos das universidades e dos institutos federais. No caso dos metroviários, impôs 42 demissões e atingiu parte importante da vanguarda que construiu a greve e os piquetes.

O governo Dilma também conseguiu impor a judicialização da greve das universidades e institutos federais. O STJ determinou a volta ao trabalho e a imposição de multa de R\$ 200 mil aos sindicatos. No Rio de Janeiro, o prefeito Eduardo Paes, além de cortar salário dos grevistas, abriu processo de demissão contra vários deles.

...MAS A LUTA AINDA NÃO ACABOU

Essa forte contra-ofensiva, embora tenha efeitos conjunturais, ainda não altera a situação política iniciada em junho do ano passado. As derrotas ainda estão localizadas em categorias. Na maioria das lutas os trabalhadores obtiveram vitórias relativas (aumento salarial pouco acima da inflação, aumento do valor do vale alimentação, etc.), como a construção civil de Fortaleza e de Cubatão e Metroviários de Brasília.

As ocupações urbanas lideradas pelo MTST foram capazes de, parcialmente, impor a pauta da reforma urbana e da moradia popular com a construção de 2600 moradias na ocupação “Copa do povo” e a inclusão de mecanismos no Plano Diretor de São Paulo que possibilitam regularizar outras ocupações, como a Nova Palestina, na Zona Sul de São Paulo.

As campanhas salariais (Bancários, Correios e Petroleiros), que ocorrerão no segundo semestre, são importantes porque podem virar o jogo para a classe trabalhadora. São categorias nacionais que enfrentam diretamente o governo federal.

“ É UM MOMENTO MUITO PARTICULAR DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE OS TRABALHADORES E A BURGUESIA, COM SÉRIAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS LUTAS EM GERAL E PARA OS MILITANTES EM ESPECIAL. É PRECISO UMA RESPOSTA DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES CONTRA A ESCALADA DA REPRESSÃO ”

Considerando todo esse quadro torna-se fundamental a luta pela unificação dessas campanhas salariais, transformando-as em campanhas políticas capazes de buscar apoio e solidariedade dos demais trabalhadores.

Sabemos também que essas categorias enfrentarão adversidades, pois com o processo eleitoral de outubro a burguesia e a burocracia petista/cutista vão procurar minar e estancar as mobilizações para não “contaminar” as eleições. Sabem que se as lutas radicalizam os trabalhadores poderão estar mais críticos nas eleições. Das centrais sindicais pelegas nada podemos esperar, pois estão comprometidas com o projeto do grande capital, fazem de tudo para não perderem “a boquinha” e permanecem fiéis a burguesia.

Outra dificuldade é que mesmo a esquerda desloca boa parte de suas forças para a campanha eleitoral e, muitas vezes, se envolve mais com as eleições do que com as lutas.

MAIS UMA VEZ FALTOU INICIATIVA DA CSP-CONLUTAS

O mês de maio e o início de junho foi o período de maior efervescência das lutas com várias categorias em greve como rodoviários, metroviários, construção civil, professores de várias cidades e várias categorias do funcionalismo público federal.

Também as pesquisas indicavam queda da popularidade de Dilma, o questionamento sobre a realização da Copa era grande, enfim, haviam vários fatores favorecendo as lutas.

Naquele momento, depois de muitos anos, havia a possibilidade – e a necessidade – de unificar essas lutas, transformando-as em uma paralisação nacional e com possibilidade de greve geral dada a importância das categorias em luta, especialmente de transporte público.

Mas, de novo, a direção majoritária da central – PSTU – não teve a necessária ousadia para liderar essas lutas e se limitou a intervir em algumas categorias. Sua política foi a de fazer chamado às demais centrais sindicais para a construção da greve geral. Chamado inútil, pois até o mais ingênuo militante sabe

que a CUT não vai mover um dedo para fazer algo que desgaste o governo Dilma.

Na luta de classes há momentos específicos para adotar uma política, perdê-los pode ter consequências danosas ao movimento. A luta pela recomposição do movimento exige, das correntes de esquerda, principalmente das maiores, ações práticas que possam servir de referência ao conjunto da classe trabalhadora. E, mais uma vez, a Central não passou à prova dos acontecimentos. Já nas jornadas de junho do ano passado a direção da Central ficou assistindo, imóvel, aos grandiosos acontecimentos e não adotou medidas ou uma política consequente para se colocar como referência e alternativa ao movimento.

POR FÓRUMS DE LUTA E DE LUTADORES

O aumento das lutas, a crise econômica e o esgotamento de um ciclo econômico (que conseguiu mediar os efeitos da crise no Brasil e adiar as suas contradições) criam um ambiente perigoso para as forças do capital devido ao potencial criativo gerado por essa conjuntura política.

Como os governos estão a serviço do capital e, portanto, não podem atender as reivindicações populares (as demandas de junho por transporte, saúde e Educação públicas e de qualidade) buscam derrotar as mobilizações para frear novas lutas.

Vivemos, principalmente em São Paulo, um momento de ofensiva das forças repressivas contra os movimentos sociais. A polícia mobiliza contingentes muito maiores para as manifestações, adota medidas, que na prática, proíbem passeatas e manifestações e conta com total apoio do judiciário paulista, que desenvolveu plantões judiciais (sempre ágeis para confirmar os flagrantes forjados e permitir as prisões provisórias). Medidas típicas de regimes ditatoriais.

A repressão na atual etapa evoluiu do aparato militar e envolveu outros órgãos do Estado, como o Ministério Público e o Judiciário. A prisão de dois ativistas (Fábio Hirano e Rafael Marques), abertura de inquéritos policiais contra militantes e a dureza contra a greve dos metroviários (greve tida como ilegal, demissões e multa ao sindicato) são fatos para que nos preocupemos ainda mais.

É um momento muito particular da correlação de forças entre os

trabalhadores e a burguesia, com sérias consequências para as lutas em geral e para os militantes em especial. É preciso uma resposta das organizações dos trabalhadores contra a escalada da repressão.

Compreendemos que essa resposta passa pela constituição de fóruns e ações de luta unificados contra a repressão (pela denúncia e exigência da libertação dos presos políticos, pelo fim dos inquéritos policiais, pelo direito

democrático de manifestação e a readmissão dos metroviários).

Não é cabível que cada ativista, entidade e organização façam atividades de forma descoordenada do resto do movimento. A conjuntura indica que, cada vez mais, o isolamento terá como consequência atividades individualizadas e esvaziadas e dessa forma não conseguiremos a força necessária para reverter o atual quadro adverso.

Precisamos urgentemente construir

fóruns capazes de unificar as diversas lutas, movimentos e organizações. Nesses fóruns poderemos concentrar força e decidir a tática. Também poderemos garantir minimamente a cautela, segurança e apoio aos nossos ativistas e militantes perseguidos ou presos. Se em qualquer situação a unidade da esquerda é importante, nos momentos de contra ofensiva das forças burguesas, ela é imprescindível.

A JUDICIALIZAÇÃO DAS LUTAS TEM SUAS ORIGENS NO MODELO FASCISTA

INTRODUÇÃO

Muitas greves deste primeiro semestre foram parar na justiça do trabalho, o chamado dissídio coletivo. Em todas ações que fizemos levantamento, não houve nenhuma em que os trabalhadores tenham obtido vitória, pelo contrário, prevaleceram decisões determinando retorno ao trabalho e imposição de multa aos sindicatos que descumprissem essas determinações. É a chamada **judicialização** das lutas, que é a interferência de um poder de Estado para tutelar a ação sindical.

Essas decisões são um dos principais instrumentos que os patrões, os governos e a mídia utilizam para atacar os trabalhadores. A partir delas – na maioria desfavorável aos trabalhadores –, intimidam, ameaçam com demissões, e muitas vezes demitem, como foi o caso dos metroviários.

Os patrões e os governos a utilizam porque sabem de antemão que terão decisões favoráveis. E não tem como ser de outro modo, pois a justiça do trabalho (e as demais também) é uma justiça burguesa, ou seja, ela sempre vai decidir a favor da burguesia, a não ser em raríssimos casos de ampla mobilização. Quando muito, reconhece um direito já conquistado na luta.

E no caso específico da justiça do trabalho brasileira, a sua configuração ideológica é extremamente reacionária.

Para compreender a razão de ela ser tão reacionária é preciso, ainda que brevemente, localizar historicamente a sua constituição. As circunstâncias históricas em que foi criada revelam a

sua aptidão à defesa do capital, seu caráter reacionário e a busca por controlar ou impor limites às ações da classe trabalhadora.

A “REVOLUÇÃO” DE 30 E A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A década de 30 marca a formação do Estado brasileiro na forma que o conhecemos. Até esse momento, o poder político era exercido pela fração agrária (oligarquia mineira e paulista se revezando na presidência da república, na chamada política do café com leite) do capital que operava no Brasil, com relações políticas muito semelhantes ao período monárquico: um poder político descentralizado (dividido com “poderes locais” – o coronelismo), falta de uma identidade nacional e um governo que não representava todas as frações do capital e desprestigiava outros setores importantes (como o industrial) da burguesia.

A crise econômica de 29, fechando o mercado mundial para os produtos agrícolas (base da economia brasileira), coloca em crise esse modelo, porque a falta de recursos que antes vinham sobretudo das exportações do café inviabilizava o próprio mercado interno.

Essa crise abre espaço para outras frações do capital questionarem o modelo político e se colocarem como alternativa. É nesse contexto que ocorre a (mal) chamada Revolução de 30, rompendo com esse modelo e abrindo espaço para a constituição de um novo tipo de Estado, mais centralizado,



incorporando os interesses de outras frações do capital. Getúlio Vargas é o homem escolhido para levar adiante esse projeto político e econômico.

Também neste momento, há o fortalecimento do fascismo italiano, do nazismo na Alemanha e em muitos outros países grupos fascistas também se multiplicam.

CONTROLAR O MOVIMENTO OPERÁRIO

Havia no interior da classe trabalhadora um processo lento, mas permanente, de desenvolvimento de formas de organização que vinha desde as décadas de 10 com as greves operárias de São Paulo, da fundação do PCB (1922), da CGTB (1929) e do Bloco Operário Camponês (1930). Neste novo projeto político, controlar o movimento operário era fundamental para deixar o caminho livre para o capital implementar seus planos.

Desde o início de seu governo, Vargas já adota uma série de medidas de controle sobre a organização dos trabalhadores, como a criação de juntas de conciliação, mediação de conflitos pelo ministério do trabalho e a regulamentação dos sindicatos, que antes existiam independente de autorização ou

registro nos órgãos do governo.

Os mandatos de Vargas (30-34 provisório) (34-37 eleito indiretamente) não foram suficientes para consolidar o novo projeto e, aproveitando a onda fascista que percorria o mundo, as forças reacionárias do governo organizam o golpe conhecido como “Estado Novo”, em que ampliam as medidas ditatoriais em vigência e adotam novas, como o fechamento do congresso, prisão de militantes da oposição e da esquerda e criação de órgãos de censura e a polícia política.

Com a ditadura e a repressão, pode-se adotar uma série de medidas para aprofundar a intervenção do Estado na organização sindical.

Inspirada no fascismo italiano, a legislação sindical criou uma estrutura sindical que amarrava e limitava a ação sindical independente, como a proibição de mais de um sindicato por categoria, a criação do imposto sindical (favorecendo os dirigentes sindicais imobilistas, pois mesmo sem mobilizar a categoria, recebiam um dia de salário de cada trabalhador, que era destinado para a estrutura sindical), o sindicato passa a ter a necessidade de registro no ministério do trabalho para funcionar, o corporativismo que transforma o sindicato mais em órgão de conciliação de classes do que em representação dos

trabalhadores, etc.

Também foi proibida a construção de centrais sindicais e atividades políticas no interior dos sindicatos. Ao funcionalismo público era proibido se organizar sindicalmente.

Acabam a autonomia e a liberdade sindical, e o Estado passa a determinar os limites de atuação das entidades sindicais.

A (MAL) CHAMADA JUSTIÇA DO TRABALHO

Para todas essas mudanças, além de ganhar politicamente as pessoas, é preciso uma força que pareça neutra para impô-las quando alguém questiona as leis. E nos conflitos trabalhistas, essa força é a justiça do trabalho, que vai decidir sobre o conflito, como dissemos antes, na maioria das vezes a favor dos patrões.

A criação e consolidação da justiça do trabalho no governo Vargas está dentro dessa lógica de controle dos sindicatos e da repressão que se abateu sobre a classe operária brasileira. É parte integrante do projeto político da burguesia brasileira colocado em prática na primeira parte do século passado, cabendo a ela o papel de impor o cumprimento da legislação fascista de Vargas.

Não é possível, portanto, compreender as recentes decisões dos tribunais trabalhistas sem levar em

consideração as razões para as quais foram criados. A Justiça do trabalho foi criada não para proteger o trabalhador, mas sim o capital.

As decisões atuais são idênticas às do período da ditadura. Nas lutas dos metalúrgicos em fins dos anos 70, o tribunal do trabalho sempre julgava as greves ilegais. Na greve dos metroviários (assim como outras) do mês de junho, o mesmo tribunal julgou a greve abusiva (outro nome que dão, mas tem o mesmo significado), inclusive impondo multa milionária e bloqueio da conta do sindicato, o que significa na prática inviabilizar a ação sindical.

RECORREMOS À JUSTIÇA DO TRABALHO

Não confiamos nesta justiça. A história nos ensinou que qualquer direito só se conquista com luta. Assim, nunca iniciamos uma luta pelos órgãos da justiça.

No entanto, também não podemos descartar totalmente que taticamente se recorra aos órgãos do judiciário. Às vezes, nos deparamos com tamanho abuso (como as recentes prisões dos ativistas Fábio e Rafael em São Paulo) e com uma correlação de forças tão desfavorável, que ir ao judiciário é um passo necessário.

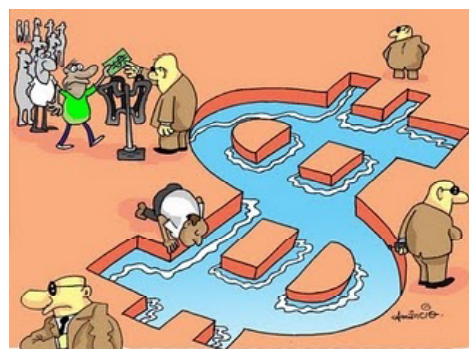
Mas isso é secundário e em último caso, quando não conseguimos na luta.

ÁGUA VAI DAR LUCRO, NEM QUE PRA ISSO FAÇA FALTA!!

Nas últimas 5 décadas, a lógica de produção de mercadorias se desenvolveu a tal ponto que se tornou capaz de integrar todas as forças produtivas do globo terrestre. Riquezas naturais, mão de obra e mercados consumidores de todos os cantos do mundo são processados para justificar sua existência conforme sua capacidade de gerar lucro. Tudo é, ou está em vias de se transformar em alguma forma de mercadoria a ser ofertada e consumida no mercado mundial. Todas as fronteiras possíveis para a expansão do capital foram atingidas, uma vez que o sistema capitalista tornou-se mundialmente integrado. E é exatamente devido a tamanho desenvolvimento que o capitalismo necessita agregar valor econômico a todas as esferas de reprodução da vida humana, e nesse

contexto, os recursos hídricos, os tratamentos de água e esgoto significam enorme oportunidade de negócios e potencial impulsor da relação capital.

Atribuir responsabilidades às seguidas Gestões Tucanas significa entender o quanto esses governos se empenharam em tentar construir alternativas rentáveis ao capital, a ponto de transformar um recurso extremamente necessário à vida em rentável mercadoria. Significa também entender que é exatamente essa “responsabilidade tucana” sua maior qualidade enquanto gerente do capital e, portanto, qualquer partido que se proponha a representar a necessidade de encontrar meios capazes de realizar a reprodução do capital se empenhará em



continuar avançando sobre todas as esferas da vida, sobre os recursos naturais, sobre a água.

UMA BREVE HISTÓRIA DO CASO DO ESTADO DE SÃO PAULO E SEUS RECURSOS HÍDRICOS

A SABESP é resultado da fusão de 06 empresas (Comasp, Sanesp, SAEC, FESB, SBS e Sanevale) em 1973 para planejar executar e operar serviços de saneamento em todo estado. Vivíamos em plena Ditadura Militar, com AI-5, prisões, torturas e intervenções militares nos sindicatos. Era também a época do

Milagre Econômico custeado pelo endividamento externo e pela utilização de recursos dos trabalhadores para financiar obras de habitação popular e saneamento.

A SABESP surge através do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA – patrocinado pelo Governo Militar, que financiava investimentos de capital e auxiliava no desenvolvimento de companhias estaduais de água e esgotos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Em 1995, a onda neoliberal que varria o mundo pós União Soviética propagandeando o livre mercado e privatizações marcou o início da “Era Tucana” e do lucrativo processo de entrega dos recursos hídricos paulistas ao capital privado. Foi assim que em abril de 1995 a multinacional francesa Suez-Lyonaise des Eaux, em consórcio com a brasileira CBPO, obteve a concessão para explorar os serviços de saneamento da cidade de Limeira/SP. Em 2002, a SABESP negociou ações diretamente na Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York.

A distribuição das ações da SABESP no mercado mobiliário significou um importante passo a serviço do capital e de sua lógica em transformar recursos naturais em mercadorias lucrativas. Para seguir distribuindo lucros aos investidores, a SABESP foi dirigida na lógica empresarial de investir o mínimo e obter rentabilidade máxima. Em 2013, a lucratividade foi praticamente a mesma de 2012, ou seja, R\$ 1,9 bilhões, enquanto os custos operacionais foram reduzidos em 5,8% (<http://>

www.valor.com.br/empresas/3499346/sabesp-tem-lucro-de-r-19-bilhao-em-2013). Se entendermos a lógica do lucro, fica fácil entender a razão porque, não obstante a alta lucratividade alcançada na cobrança das contas dos consumidores, isso não significa redução no desperdício de 31,2% da água potável devido a vazamentos na rede subterrânea com mais de 30 anos de uso (<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/tubulacao-velha-caoa-desperdicio-de-agua-em-sp>).

Embora a SABESP não seja a responsável pela distribuição de água em todo o estado de São Paulo, devido à existência de empresas municipais de saneamento, a mesma lógica do lucro dos sucessivos governos paulistas explica porque o conjunto de mananciais e reservas hídricas implantadas na década de 80 ainda são as mesmas, mas a população, que em 1985 era de 27,7 milhões atualmente é de 42,3 milhões.

O RACIONAMENTO DA ÁGUA NÃO É “PRIVILÉGIO” DE SÃO PAULO

Apesar de a situação dos recursos hídricos paulista ser desesperadora, ela é só uma gota no oceano de incertezas por qual passa a humanidade em seu atual estágio de desenvolvimento. Atualmente, 1,2 bilhão de pessoas (35% da população mundial) não têm acesso a água tratada. 1,8 bilhão de pessoas (43% da população mundial) não contam com serviços adequados de saneamento básico e dez milhões de pessoas morrem anualmente em decorrência de doenças intestinais

transmitidas pela água (<http://www.cetesb.sp.gov.br/agua/%C3%81guas-Superficiais/37-O-Problema-da-Escassez-de-%C3%81gua-no-Mundo>).

O capitalismo, por ter alcançado todos os limites externos quanto às possibilidades de desenvolvimento, necessita mercantilizar todas as esferas da vida e de seus pressupostos de desenvolvimento para garantir as taxas de lucro. Nesse sentido, o mais famoso defensor da privatização da água é o presidente do grupo Nestlé desde 2005, Peter Brabeck-Letmathe, que investiu 8% de seu capital em 2011, totalizando aproximadamente 68,5 bilhões de euros, no comércio mundial de água engarrafada. Para representantes do capital como ele, a **“água não é um direito humano básico e deveria ser tratada como qualquer outro bem alimentício e ter um valor de mercado estabelecido pela lei de oferta e procura”** (<https://www.youtube.com/watch?v=5a8qzsM9Kqg>).

A solução que a humanidade precisa vai muito além da simples estatização ou planificação dos recursos naturais pelos estados nacionais. Embora a nacionalização, estatização e a planificação do uso da água sejam também etapas do controle coletivo sobre as forças produtivas, a solução necessariamente depende de que a única classe capaz de produzir riqueza, seja também capaz de se apropriar dos meios de produção e pô-los a serviço das necessidades humanas.

Essa é a enorme tarefa histórica da enorme e diversa classe trabalhadora do século XXI!

OS LIMITES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No dia 25 de junho 2014, o governo Dilma/PT sancionou o novo PNE – Plano Nacional de Educação – apresentando inúmeros avanços para a educação pública brasileira. A publicidade oficial tratou de fazer um grande alarde, sobretudo, em relação ao investimento de 10% do PIB para a educação.

Propagaram-se também inúmeras melhoras na educação a partir da adoção do PNE – que estabelece 20 metas e 253 estratégias para a educação –, que

de acordo com o governo federal, norteará a política educacional no país no decênio de 2011-2020.

No entanto, da mesma forma que em 2007, no lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE –, no PNE prevalecem os interesses empresariais em detrimento dos interesses históricos da comunidade escolar.

Neste artigo, procuraremos fazer uma breve – porém necessária – análise deste plano, evidenciando os limites e o

significado, bem como os interesses privatistas implícitos no PNE.

PNE SEQUER OBRIGAM GOVERNOS APLICAR O MÍNIMO

Para começo de conversa, o PNE é uma diretriz e não uma obrigatoriedade, pois não se trata de uma Lei Federal a ser seguida pelos estados, municípios e Distrito Federal. Esse caráter não obrigatório ficou evidente com a declaração do ministro da educação, Henrique Paim. Em

entrevista coletiva, Paim disse que o governo federal deverá fazer um “grande esforço” para cumprir a meta de 10% do PIB previstos no PNE.

Se o plano do governo em chegar aos 10% do PIB na educação daqui a dez anos já não atende as necessidades educacionais (até mesmo a ONU indica que o Brasil, para atender satisfatoriamente toda a população em idade escolar, deveria investir 20% do PIB na educação agora), o fato de não ser lei piora ainda mais a situação, pois ele está desobrigado - legalmente - ao seu cumprimento.

O documento sancionado por Dilma não apresenta nenhuma punição ou penalidade caso governadores, prefeitos e gestores não cumpram as metas contidas no plano.

A possibilidade de impedir que a União tenha de complementar recursos para estados, municípios e Distrito Federal caso estes não atinjam o montante necessário ao cumprimento de padrões de qualidade na educação, conceituados como CAQi (Custo Aluno Qualidade inicial) e CAQ (Custo Aluno Qualidade), foi rejeitado em acordo com os líderes dos partidos do congresso e, com o Governo Federal se comprometendo a complementar a verba para estados e municípios.

Portanto, trata-se de um plano, com termos bonitos, mas que na prática pouco mudará a realidade da educação pública brasileira, pois não ataca o problema central que é o financiamento da educação pública, para a qual deveria obrigar o governo a destinar anualmente 10% do PIB para a educação pública já.

O INVESTIMENTO EDUCACIONAL E AS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES E SEUS FILHOS

Antes de tudo, vale a pena frisar que desde 2009 os gastos diretos da União com a educação pública não passaram de 1% ao ano. Negando que houve



estagnação nos investimentos, o governo federal diz que faz repasse aos estados, municípios e Distrito Federal.

Os governos estaduais investiam 2% do PIB diretamente em educação pública em 2009. O percentual mais recente é de 2,2% em 2012. No caso das prefeituras, a taxa subiu de 1,9% para 2,3% do PIB no ano de 2012. De acordo com os dados do MEC, o Brasil investiu em 2012, em sua totalidade – somando os investimentos do estados, municípios e Distrito Federal –, 5,5% do PIB. Somando-se a isso os gastos totais na educação – o que envolve também atividades relacionadas à educação, mas não necessariamente em educação pública, ou seja, investimentos estatais na educação privada –, o país contabilizou 6,4% do PIB.

Esses dados só foram apresentados em 19 de março de 2014, na sessão da comissão especial da Câmara que debateu o PNE. Desde 2010, o MEC não fornecia dados referentes aos investimentos públicos na educação.

No entanto, de acordo com a auditoria cidadã da dívida, o Brasil, investiu 3,34% do PIB em 2012 e apenas 3,7% do PIB na educação pública em 2013. Já em 2014, a auditoria prevê apenas 3,49% do PIB investido na educação.

Em razão das manifestações de junho/julho, que colocaram a Educação Pública como uma das bandeiras centrais, o governo Dilma foi obrigado a dar alguma satisfação pública, apresentando o destino dos recursos do pré-sal para a educação pública. Isso significa apenas percentuais que variarão de 0,6% a 1% do PIB para Educação a partir de 2022. De imediato, não promove nenhuma mudança em termos de investimento público na educação.

No Brasil, o investimento médio por aluno na educação pública básica de acordo com o MEC em 2013, ficou na ordem de R\$ 2.221,73. De acordo com a UNESCO, os EUA investem 6 vezes mais por aluno que o Brasil.

Países que deram saltos na Educação fizeram por décadas investimentos entre 10% e 15% do PIB na educação pública. A Coreia do Sul, por exemplo, a partir dos anos 1950, investiu por uma década 10% do PIB na educação.

Com o novo PNE, o Brasil poderá atingir 10% do PIB na educação apenas

em 2020. E no nosso caso, esse percentual não será apenas para a educação pública. O ensino privado – dado o caráter privatista do PNE – receberá grande parte desses 10%.

Isso se deve ao fato de o PNE determinar a aquisição de vagas no mercado educacional, ou seja, nas instituições privadas de ensino médio, através do PRONATEC e de ensino superior através do FIES e PROUNI. A transferência de recursos públicos para a iniciativa privada é entendida no PNE como democratização da educação.

QUAL É O OBJETIVO DO PNE?

A lógica geral da educação pública pretendida pelos governos se insere no projeto do capital para a Educação. Os cursos que mais recebem investimentos atendem à lógica e aos interesses do capital. A relação íntima com iniciativa privada através do PRONATEC, FIES e PROUNI, reforçam essa lógica.

Com isso, o PNE viabiliza a ingerência e os interesses de empresas, bancos, etc., com suas ong's, institutos e fundações na educação pública. Também presenciamos o sucateamento e o fechamento de cursos mais críticos, sobretudo, das áreas de Ciências Humanas nas universidades públicas tradicionais importantes.

A “MÁGICA” DOS NÚMEROS NOS GASTOS COM A EDUCAÇÃO

Alguns truques e maquiagens são usados para justificar mais investimentos na educação pública.

Estão incluídas como despesas públicas com educação, gastos que são computados duplamente. Por exemplo: despesas correspondentes ao desenvolvimento científico e tecnológico também constam entre os investimentos em ciência e tecnologia; despesas de atendimento à população, que aparecem incluídas nos orçamentos de secretarias e órgãos de educação; e pagamentos de aposentadorias dos trabalhadores da área da educação, que são também considerados como gasto em educação, embora também sejam incluídos entre os gastos previdenciários.

Neste último caso, professores e demais trabalhadores da educação, contribuem mensalmente com os sistemas previdenciários dos entes federados aos quais estão vinculados ou ao INSS e, ao mesmo tempo que são

computados os seus benefícios como investimentos na educação, também são utilizados gastos que justificam reformar os sistemas previdenciários, aumentando o tempo de trabalho para que se possa aposentar e achatamento dos valores dos benefícios.

O FIES também é parte dessas manobras que buscam demonstrar um maior investimento na educação. Este recebe dinheiro da Caixa Econômica Federal. No entanto, o governo federal o considera como investimento público.

POR UM PROJETO DOS TRABALHADORES PARA A EDUCAÇÃO!

A ampliação dos investimentos na educação pública possibilita uma maior valorização dos professores, melhora a

infraestrutura das escolas, permite um digno processo de ensino-aprendizagem para os trabalhadores e seus filhos e a ampliação do ensino público superior. No entanto, para que isso ocorra é necessário que os setores de luta, antigovernistas, assumam a demanda da educação pública como parte da estratégia para a superação da ordem vigente.

Nesse sentido, ganha relevância o Encontro Nacional de Educação que será realizado no Rio de Janeiro nos dias 08, 09 e 10 de agosto de 2014, em busca da unificação dos setores mais relevantes do ponto de vista da esquerda, em torno da defesa da educação pública, com um programa que passa:

√ Pelo controle público e democrático da utilização do dinheiro da Educação, de modo que seja empregado realmente para as necessidades dos professores, alunos e pais; a defesa de 10% do PIB já para a Educação Pública sob o controle dos trabalhadores;

√ Pela luta contra a política econômica do governo Dilma, que se passa pelo não pagamento da dívida pública, investindo o dinheiro público nos serviços sociais essenciais, particularmente na Educação e Saúde Públicas;

√ Por uma Educação Pública que seja uma alavanca essencial na luta pela emancipação humana contra a barbárie capitalista!

DOS ANOS DOURADOS À HUMILHAÇÃO HISTÓRICA: BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE NOSSO ESPORTE MAIS POPULAR

RONALDO GASPAR

Embora o futebol não tenha sido, em suas origens, um esporte popular, tornou-se, em várias partes do mundo, o esporte das massas, não apenas pela paixão que desperta, mas, também, pelas inúmeras histórias de ascensão social que caracteriza a maioria dos craques da bola. No Brasil, de Leônidas – o altivo Diamante Negro – a Neymar, passando por Zizinho, Didi, Garrincha, Pelé e tantos outros, o futebol redimiu indivíduos/famílias de origem popular e, coletivamente, após a Copa de 58, simbolizou, a partir dos feitos deles, uma espécie de força redentora da nação – historicamente, pária do capitalismo e do mundo ocidental.

Durante algumas décadas, caracterizadas pelo amadorismo e, depois, pela transição à profissionalização, nossos jogadores e técnicos dotaram a ginga e a malandragem de capacidade competitiva e, com isso, o futebol brasileiro protagonizou os mais belos feitos dos gramados mundo afora. Nessas condições e com tais características, seu último grande fruto foi a geração de Zico, Sócrates e Cia., que, tragicamente, sucumbiu no Estádio Sarriá na Copa de 1982 – para alguns, um dos acontecimentos mais decisivos nos campos para o fortalecimento das tendências técnicas, táticas e corporais

iniciadas pelo carrossel holandês em 74. No mundo, sua última expressão foi, provavelmente, a vitória da Argentina sob a regência do genial Maradona na Copa de 1986.

FUTEBOL E CAPITALISMO: SOBRE A TÉCNICA

De lá para cá, mudanças no capitalismo global tornaram o futebol um grande negócio – times tornaram-se empresas e, jogadores, milionários. O violento crescimento da mais-valia relativa incorporou os esportes em geral e, em particular, o futebol à maquinaria da reprodução do capital. Com isso, a ginga, a malandragem e o improviso deram lugar, cada vez mais, à força física e a organizações táticas que a fizessem prevalecer. Em termos táticos, a audácia da busca pelo gol foi substituída pela precaução em não tomá-lo: a defesa substituiu o ataque como coração dos times de futebol – no meio campo, isso significa, por exemplo, que Zico e Sócrates deram lugar a Zinho e Mauro Silva ou, na Copa atual, a Oscar e Paulinho –, os pulmões e os músculos tomaram o lugar da criatividade cerebral. Na lateral do campo, os Muricis, Tites e Sclaris substituíram Feola e Telê Santana. Não que os craques tenham desaparecido. Nada disso. Eles

continuaram e continuam em alguns gramados – poucos, é verdade, mas continuam –, basta nos lembrarmos dos dribles, gols ou passes de Romário, Zidane, Ronaldo, Ronaldinho, Xavi, Iniesta, Messi e Neymar. No entanto, em times/seleções que não efetuaram as mudanças táticas/técnicas adequadas aos novos tempos, eles não conseguem grandes feitos, não conseguem brilhar – vejam, por exemplo, a diferença entre o Messi do Barcelona – que, durante vários anos, atuou, com regularidade, em alto nível – e o da seleção argentina, que vive de lampejos. Decerto que, por enquanto, as mudanças administrativas e mercadológicas não tornaram o capital capaz de produzir craques – por isso, importa-os das mais diversas partes do mundo –, mas, nas escolinhas dos times-empresas espalhados pela Europa, já produz equipes bastante competitivas.

Um fato, porém, é que, nos últimos anos, em consonância com grandes mudanças na administração do futebol profissional, houve um avanço significativo na organização tática e na preparação dos jogadores formados/incorporados pelos times-empresas da Europa e suas ligas profissionais. Isto é bastante visível no futebol espanhol, alemão, holandês e, apesar do fracasso

em Copas, inglês. Em muito menor escala, isso também tem ocorrido em países que, sem grande tradição nesse esporte – e, portanto, cujo futebol começa a se desenvolver agora –, não têm poderosos interesses cristalizados em ricas federações e sua cartolagem com ramificações no aparato estatal e, também, nem uma “escola” ou “tradição futebolística” a defender. Nesse caso, em razão das possibilidades do desenvolvimento desigual e combinado, acabam colhendo os “benefícios” do atraso, pois, neles, sem grande resistência, a importação e/ou nacionalização de jogadores e técnicos e a incorporação de modernas organizações táticas têm permitido considerável avanço na competitividade de seus clubes/seleções, mesmo sem a capacidade de manter grandes jogadores – que, quando surgem, vão atuar nas principais ligas europeias ou, então, em algumas secundárias – ou seja, em ligas mais consolidadas do que as de seus países de origem. Nesta Copa, temos os exemplos da disciplina tática das seleções de Costa Rica e Argélia.

SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PENSAMENTO MÁGICO: AS AGRURAS DO ATRASO

Em países como Brasil, no entanto, o futebol não é algo relativamente recente e de pouca tradição. Ao contrário. A seleção brasileira é a maior ganhadora de títulos mundiais e, o país, o maior exportador de “pé-de-obra” do mundo. Por aqui, muitos se locupletam com dinheiro e *status* oriundos da exploração de meninos e jovens que surgem com aptidão para o esporte. Assim, em todas as instâncias, poderosos interesses foram consolidados ao longo de muitas décadas de bola rolando. São cartolas, empresários e políticos que, incrustados em clubes, federações, empresas de marketing, publicidade e artigos



esportivos, bem como no aparato estatal, fazem, direta ou indiretamente, do futebol seu “meio de vida” – ou melhor, de exploração ou aproveitamento de vidas alheias. Por conseguinte, ao longo de quase um século, todas as misérias sociais e políticas do país se infiltraram e se reproduziram no esporte – nas instituições e mentalidades de dirigentes, técnicos e jogadores. De acordo com dados da CBF, “dos 30.784 jogadores registrados no país, atualmente, 82% recebem até dois salários mínimos — no grupo, estão inclusos os atletas que jogam até de graça. Na outra ponta, um número bastante modesto de ‘sortudos’ (2%) embolsa acima de R\$ 12,4 mil, 20 salários mínimos. Neymar, por exemplo, ganha 241 vezes esse valor” (Extra, 23/09/12). Em outras palavras, nossas imensas desigualdades apresentam-se, nesse esporte, como desigualdade entre clubes, jogadores, regiões etc. E, além delas, a corrupção e a autocracia no trato dos negócios futebolísticos invadem o campo e, na atual quadra histórica, em razão de sua capitalização tortuosa (há times profissionais em que os jogadores recebem menos do que um salário mínimo) e subalterna (exportação de jovens talentos para os países centrais), afetam o rendimento dos jogadores e seus times – por conseguinte, também o rendimento da seleção brasileira.

Não bastasse isso, em meio a tantos problemas seculares que grassam pelo país, os quais se tornaram ainda mais explícitos com a preparação para a Copa do Mundo, as expectativas redentoras depositadas por muitos e muitos nas costas de um grupo de jovens jogadores pesou imensamente sobre seu desempenho (exemplar, nesse sentido, foi o choro de David Luiz que, ao seu modo simples, disse estar triste por não poder dar um pouco de alegria ao seu povo sofrido). Para os imediatistas e superficiais – de modo geral, mas não só, representantes ideológicos dos (ou os próprios) frequentadores de “arenas” da Copa – que alimentaram essa pressão, os “heróis da nação” se tornaram, de repente, objetos de escárnio e repúdio públicos. A “família Scolari” se esfumou e, com ela, os moralistas de plantão se deram conta de que, ao invés do amor idílico, o vigor para o trabalho e o planejamento

em longo prazo, seus esteios eram o narcisismo dos novos-ricos, a corrupção institucional e a indisciplina.

POLÍTICA E FUTEBOL: MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS

Essas considerações não implicam em qualquer responsabilização direta e imediata das condições socioeconômicas – e, é claro, nem do governo atual (embora, é claro, ele também tenha inequívocas e muitas responsabilidades em relação às nossas misérias sociais) – pela derrota de um time num jogo de futebol. Tratam-se apenas de observações sobre problemas seculares e estruturais da sociedade brasileira e seu esporte mais popular, que, neste momento, explodiram num confronto esportivo numa trágica tarde de terça-feira. No entanto, importa-nos assinalar que, com todas as mediações que devem ser feitas, a humilhação que os alemães impuseram aos brasileiros em campo foi uma expressão da superioridade de sua modernização capitalista do futebol, que, ao seu modo, exprime a própria superioridade de seu desenvolvimento socioeconômico e político – e, por extensão, da Europa sobre a América latina (aos poucos, de 1974 para cá, as seleções europeias têm predominado na conquista de títulos. Lembremos aqui que, por sua organização tática, a seleção brasileira de 1994 foi europeia, enquanto a de 2002 contava com uma inusitada constelação de craques: Rivaldo, Ronaldo, Ronaldinho). Por conseguinte, como a técnica e a organização tática não pairam no ar, mas são produtos de condições histórico-sociais específicas, não é casual que o maior vexame da história da seleção brasileira tenha ocorrido num contexto em que, para o bem ou para o mal, em razão de sua capitalização e pragmatismo, o futebol já não pode mais ser jogado e nem administrado de modo tradicional – por meio de malandragens e composições de interesses alheios ao aprimoramento técnico e tático. Isso porque, em tempos de times-empresas e seleções de craques globalizados, aquelas equipes cujas comissões técnicas se sustentam mais em amuletos, superstições, livretos de auto-ajuda e fé do que em conhecimentos técnico-científicos abrangentes (desde os fundamentos – chute, passe, drible – à

organização em campo) terão seus lugares cativos, no máximo, nas notas de rodapé da história do esporte. Nesse sentido, sem temer pecar pelo exagero, a morte de trabalhadores na construção de estádios e o desmoronamento de viadutos estão, por invisíveis e complexos laços, vinculados à ruína em campo da seleção brasileira.

Por fim, somente o tempo dirá se o

futebol brasileiro será definitivamente rebaixado à segunda divisão do futebol mundial ou, então, será capaz de se adequar às novas condições – que, como tem sido usual entre nós, pode implicar em mudanças que, sem alterações profundas, darão sobrevida à competitividade de nosso esporte mais popular. Embora, a bem da verdade, uma resolução efetiva para os problemas que

assolam o futebol brasileiro (e, de certo modo, a maioria dos esportes) demanda profundas transformações anticapitalistas na sociedade como um todo; transformações que, de fato, o tornem, não apenas pela origem de seus jogadores, mas por sua difusão, acesso e controle, um esporte verdadeiramente popular – de todos, para todos e por todos.

O MINEIRAÇO 2014!

ANDRÉ TREVISAN (PROF
REDE MUNICIPAL DE SP)

- dança macabra

“Harmoniosa sinfonia macabra seduz e encanta anfitriões, quase imóveis e enfeitados ao diabólico bailado alemão, que brincam e pintam o sete, ferindo a honra dos outrora deuses da bola, hoje choram, o funeral da estática seleção”.

Em todas as atividades humanas, em toda vida social, seja na política ou nos esportes, quando se prescinde das posições teleológicas que antecipem e norteiem racionalmente as ações dos indivíduos, a fé, o misticismo, a psicologia e a volição acabam se sobrepondo ao trabalho e ao acúmulo de trabalho. Esta é a realidade da maioria dos técnicos do futebol brasileiro, - geralmente ex-jogadores financeiramente hiper-valorizados, avessos e indiferentes à formação profissional; perecem, na maioria das vezes, por não ‘experenciarem’ a evolução dos padrões táticos que ocorrem nos países europeus; nos vestiários, limitam-se a uma retórica mais paternalista, religiosa e psicológica (motivacionais) do que técnica.

Os inúmeros acidentes na construção dos estádios, a repressão militar nas ruas, o silêncio da grande mídia, o elitismo nos estádios e o vexame da seleção nos gramados brasileiros com certeza são as grandes marcas da Copa do Mundo de 2014. O baile alemão não assustou somente pela larga expressão numérica de seu placar, mas pela trágica incapacidade de reação da equipe diante do seu destino; na ausência do seu ‘salvador’, os jogadores brasileiros traumatizados pareciam não acreditar que o seu “Cristo” era igual a eles, homem feito de carne e osso e que, por este mesmo motivo, devido a uma séria contusão sofrida no último jogo o

ausentaria da semifinal. Sem forças, imóveis e desesperados, observavam estáticos a goleada alemã. O choque assustou até mesmo os mais incrédulos.

A derrota expôs não somente a diferença tática e técnica entre as duas seleções, mas principalmente, a falência do futebol brasileiro e a coroação do projeto alemão (ver nota 1). Demonstrou também os caracteres típicos da formação social e das classes dominantes brasileiras, sempre alheias às pautas democráticas e universais, mantendo o seu compromisso histórico com o militarismo e o capital externo. A ausência de um projeto social radical na vida política brasileira deixa seus lastros por toda sociabilidade, desde a economia, política, cultura e até o próprio futebol.

E a tragédia brasileira desperta a consciência tanto para a falência dos partidos políticos brasileiros, tão distantes das pautas reais que envolvem a vida cotidiana dos trabalhadores, quanto para as tramas que envolvem esta entidade tão promíscua, chamada *Confederação Brasileira de Futebol*; dominada por manipulações políticas que remontam a época da ditadura militar; envolvida em escândalos historicamente silenciados em sociedade com uma grande emissora de televisão que controla a décadas o calendário do futebol brasileiro; nos últimos anos, a CBF direciona as suas ações mais para a submissão dos clubes ao empresariado, especializando e mantendo o país em sua histórica condição colonial exportadora ao vender os melhores jogadores (mercadorias) brasileiros, os mais hábeis e criativos, ainda crus, para o mercado internacional, contribuindo assim para a elevação da qualidade do futebol nas metrópoles euro-asiáticas do que para o fortalecimento e uma organização dos campeonatos internos; reproduz-se aqui parâmetros de formação de jogadores

pautados mais na disciplina, obediência tática, força física, estatística e produtividade do que na arte e na técnica futebolística.

Finda a tragédia esportiva, aproxima-se as eleições políticas, neste momento, não se trata de promover uma caça as bruxas, perseguindo os supostos culpados individuais por este fracasso futebolístico do “Mineirão-2014” ou de identificar um candidato político ideal para governar o Brasil nos próximos quatro anos; contrariamente, trata-se de entender as múltiplas determinações que envolvem a origem da formação social brasileira e a irradiação de seus reflexos tanto em nossas próprias instituições, quanto em toda sociabilidade, com um simples e único objetivo, diante da crise, repensar literalmente a partir da *base* não somente que estilo de futebol desejamos, mas principalmente, que tipo de sociedade queremos, nos limites ou para além do capital!

(1) Na direção contrária a muitos países europeus, a Alemanha após ser eliminada logo na primeira fase da Eurocopa 2000, marcando apenas um ponto e fazendo apenas um gol, atenta-se para o fato de que as importações de jogadores, prejudicam a formação de jogadores nativos, a *bundesliga* e, conseqüentemente, o próprio desempenho de sua seleção. Em parceria com a *Deutscher Fussbal-Bund* (DBF), o governo alemão desenvolve um plano para colocar a Alemanha novamente na elite do futebol em um prazo de dez anos: “*Em pouco mais de 12 anos, investiu cerca de US\$ 1 bilhão em academias e centros de treinamentos para jovens. A ideia era usar esses CTs públicos para ensinar futebol com uma receita em duas medidas: 50% habilidade, 50% força - em vez dos 200% força que a seleção vinha aplicando*”. Para mais, consultar: www.super.abril.com.br/esporte/alemanha-pais-futebol-752840.shtml.

O autor também escreve no site www.humanissimo.webnode.com

EUROPA: AS ORIGENS E O PERIGO DO CRESCIMENTO DA DIREITA

O PASSADO DO “WELFARE STATE”

A Europa é o segundo maior centro do imperialismo, depois dos Estados Unidos e à frente do Japão, mas é também o berço do movimento operário e do socialismo. Duas guerras mundiais rebaixaram as potências europeias para o segundo posto na liderança do capitalismo mundial, e abriram caminho para tentativas de transição ao socialismo, em plena periferia europeia, no território da URSS e seus satélites. Essas tentativas de edificação do socialismo, cuja liderança passou muito cedo do controle operário para o da burocracia, terminariam naufragando décadas depois. Mas enquanto existiu a URSS, a memória da revolução e as lutas da classe trabalhadora europeia serviram como uma poderosa pressão que obrigou a burguesia do velho mundo a fazer importantes concessões.

Durante as primeiras décadas após a II Guerra, os trabalhadores europeus conviveram com altos salários, boas condições de trabalho, aposentadorias, seguro desemprego, saúde, educação e serviços públicos de alta qualidade, etc. Era o chamado “welfare state”, o estado de bem estar social, paradigma que jamais foi alcançado em outras partes do mundo, nem sequer nos Estados Unidos ou no Japão, e muito menos em outras partes da periferia do capitalismo.

A partir da década de 1970, com a crise estrutural do capitalismo, a burguesia começou uma longa ofensiva para reverter as conquistas do “welfare state” e assim tentar recompor sua margem de lucro, retomando o que havia sido concedido aos trabalhadores. As chamadas políticas neoliberais se espalharam pelo mundo a partir da Europa, impondo leis antissindicais, debilitando as organizações dos trabalhadores, criminalizando piquetes e greves, impondo reduções salariais e corte de direitos, privatizando os serviços públicos, desregulamentando a circulação do capital, abrindo caminho para a especulação financeira, etc.

O NEOLIBERALISMO E A UNIÃO EUROPEIA

A queda da URSS em 1991 deu um

importante impulso para o neoliberalismo em escala mundial, já que serviu para demonstrar que o capitalismo havia vencido o “socialismo”. A era do apogeu do neoliberalismo foi também a era da construção da União Europeia (UE), interligando potências como Alemanha e França e países mais fracos como Espanha, Portugal, Irlanda, etc., numa moeda comum, o Euro (o Reino Unido ficou de fora do Euro), em vigor a partir de 1993. A UE foi apresentada como um paraíso de livre circulação de mercadorias e pessoas, com a oportunidade dos trabalhadores conseguirem emprego em qualquer país do bloco, ou comprarem mercadorias de qualquer país. Subsídios temporários para as regiões mais pobres criaram uma ilusão de riqueza que fez com que as populações dos países da periferia europeia aprovassem a UE.

Na realidade, as diferenças de produtividade entre as diversas economias nacionais permaneceram no interior UE e não foram niveladas pela moeda comum. Ao contrário, as leis da concorrência capitalista favoreceram os mais fortes e aniquilaram os mais fracos. A “livre circulação de mercadorias” se transformou em uma colonização dos mercados de toda a Europa pelo imperialismo alemão. Empresas alemãs exportam suas mercadorias para todos os países da Europa, que por sua vez se transformam em fornecedores de mão de obra barata. A “livre circulação” de pessoas se transformou em um mercado continental de força de trabalho que nivela por baixo os salários e direitos dos trabalhadores europeus.

Em escala global, as políticas neoliberais, por meio da interligação dos mercados e da hegemonia dos interesses do capital financeiro, aceleraram as crises do capitalismo, que se tornaram mais globais e instantâneas, como presenciamos em 2008.



PRECARIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

A vigência das políticas neoliberais e das medidas de “austeridade” ao longo de várias décadas serviram para construir um novo perfil para a classe trabalhadora europeia. As novas gerações entraram num mercado de trabalho com salários menores, menos benefícios, direitos rebaixados, maior tempo de trabalho para se aposentar, ausência de garantias sociais como estabilidade, seguro desemprego, etc. Ao mesmo tempo, os serviços públicos vão sendo também sucateados. A saúde e a educação pública vão perdendo sua qualidade, alguns que eram gratuitos passam a ser pagos, os salários dos funcionários públicos vão sendo reduzidos, o número de funcionários também diminui, os investimentos em equipamentos vão sendo cortados, etc.

Muitos jovens não conseguem concluir os estudos, não conseguem emprego nas áreas em que se formaram, não conseguem sair da casa dos pais. Os empregos que surgem são precários, temporários, terceirizados, pagam muito menos, não oferecem garantias e estabilidade, etc.

Ao mesmo tempo em que acontece essa mudança geracional na composição da classe trabalhadora europeia, uma outra mudança importante altera a paisagem social do velho continente. A baixa taxa de natalidade dos países europeus faz com que a população economicamente ativa tenda a diminuir gradualmente. Para evitar essa diminuição da força de trabalho, os países europeus são obrigados a aceitar o influxo de mão

de obra estrangeira, de trabalhadores africanos, do oriente médio, do subcontinente indiano, do leste europeu ou latinoamericanos. Ao todo cerca de um milhão de imigrantes entram na Europa todos os anos.

Entretanto, apesar de serem economicamente necessários, esses trabalhadores não são facilmente aceitos pela população europeia, pois trazem línguas diferentes, religiões diferentes, costumes diferentes, vestimentas diferentes, cores de pele diferentes. Em geral ficam com os piores empregos, moram nos piores bairros, são discriminados e mesmo que tenham vindo para ficar, são tratados permanentemente como estrangeiros, como não europeus, como se não tivessem direito à riqueza (declinante) do continente que estão também produzindo.

A FALÊNCIA DO SISTEMA PARTIDÁRIO EUROPEU

Essa situação de deterioração das condições de vida, o fim do "welfare state", os baixos salários, os serviços públicos em bancarrota, o aumento do desemprego, do subemprego e da pobreza, uma nova geração de jovens sem trabalho (as taxas de desemprego entre os jovens chegam a 50% na Espanha e na Grécia), a disputa por empregos (rebaixados) com trabalhadores imigrantes, tudo isso produz um estado de irritação e insatisfação permanentes. Mas essa insatisfação não encontra canais para se manifestar politicamente. Os partidos políticos se alternam nos governos, sem alterar em nada os elementos estruturais que afetam as condições de vida.

A cada eleição o poder muda de mão nos governos europeus, saem os partidos conservadores e entram os partidos "de esquerda" (o PS, Partido Socialista francês, o SPD, Partido Social Democrata alemão, o WP, Partido Trabalhista inglês), ou vice-versa, saem os "de esquerda" e voltam os conservadores, mas a situação não muda. As políticas são as mesmas, sempre mais "austeridade" para os trabalhadores e mais concessões aos capitalistas.

Décadas de alternância entre esses partidos sem que haja mudança na política levaram a uma descrença no sistema político e na democracia burguesa.

Altíssimas abstenções e porcentagens de votos brancos e nulos são rotina nas eleições europeias. Movimentos como os "Indignados" na Espanha pedem uma mudança completa no sistema político (sem ter a clareza de que seria preciso na verdade superar o capitalismo). Entretanto, esse desejo de mudança não tem sido atendido pela "esquerda", pois o PS, o SPD, o WP e seus congêneres em cada país estão há quase um século transformados em administradores fiéis e confiáveis do capitalismo, acostumados a exercer o poder a serviço da burguesia e sem qualquer vínculo com o movimento operário.

O PERIGO DA DIREITA E A NECESSIDADE DE UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

Enquanto os partidos tradicionais se alternam no poder, na extrema esquerda do espectro eleitoral, o NPA francês, o Die Linke alemão, o Syriza na Grécia e seus congêneres em todo o continente perdem uma oportunidade histórica, limitando-se a buscar crescimento eleitoral, mais vagas nos parlamentos, por meio de palavras de ordem que atacam os sintomas do problema, o desemprego, a pobreza, a ganância dos ricos, etc., sem ações de fato que ataquem a causa de tudo isso, o sistema capitalista, sem vínculos com as lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

A falta de ação da esquerda abre espaço para a direita. O fenômeno do golpe pró-imperialista e fascista na Ucrânia, que discutimos em edições anteriores do nosso jornal, foi só a ponta do iceberg. As formações de extrema direita crescem em toda a Europa e alcançam resultados eleitorais expressivos, como acaba de acontecer no final de maio, nas eleições para o Parlamento Europeu. Essa instituição é quase decorativa, já que a UE não é uma verdadeira federação e os Estados nacionais europeus mantêm o controle dos seus orçamentos, forças armadas, política externa, etc. Em certos países, como o Reino Unido, o comparecimento às eleições do Parlamento Europeu foi de apenas 33%. Mesmo assim, os resultados devem ser observados com

atenção.

A extrema-direita venceu na França, com 25% dos votos para a Frente Nacional de Marine Le Pen, cujo pai (e fundador do partido) disse que o problema da imigração e do crescimento demográfico no mundo seria resolvido em três meses pelo vírus Ebola. Por outro lado, o Syriza venceu na Grécia, com um programa pró-UE que se limitava a pedir a renegociação da dívida grega. O único padrão das eleições europeias foi a rejeição das políticas neoliberais e de "austeridade", voltando-se em peso contra os partidos tradicionais (que, entretanto, vão continuar sendo maioria) e concedendo votações importantes para a extrema esquerda e para a extrema direita.

A extrema direita oferece uma solução aparentemente simples para os problemas: expulsar os imigrantes e resgatar a "pureza" da nação. Essa solução é tão simples quanto ilusória, pois a causa dos problemas da Europa é o sistema capitalista, a concorrência mundial, a hegemonia do capital financeiro, e não a presença de imigrantes e os direitos dos trabalhadores. Mesmo sendo ilusória, essa "solução" tem seduzido um número maior de europeus. É urgente resgatar o projeto socialista e a luta contra o capitalismo, que é a verdadeira causa dos problemas. Os trabalhadores europeus precisam de alternativas reais ao capitalismo, que por enquanto não estão sendo oferecidas pelos partidos da extrema esquerda.

Precisam de uma alternativa socialista, que se coloque contra a UE, contra o euro, contra as medidas de "austeridade", contra a entrega de dinheiro público aos capitalistas, contra o pagamento das dívidas públicas, por mais dinheiro para os serviços públicos, em defesa dos direitos dos trabalhadores, e pela unidade entre trabalhadores nativos e imigrantes.

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com

SIGA-NOS NO FACE

facebook.com/espacosocialista1